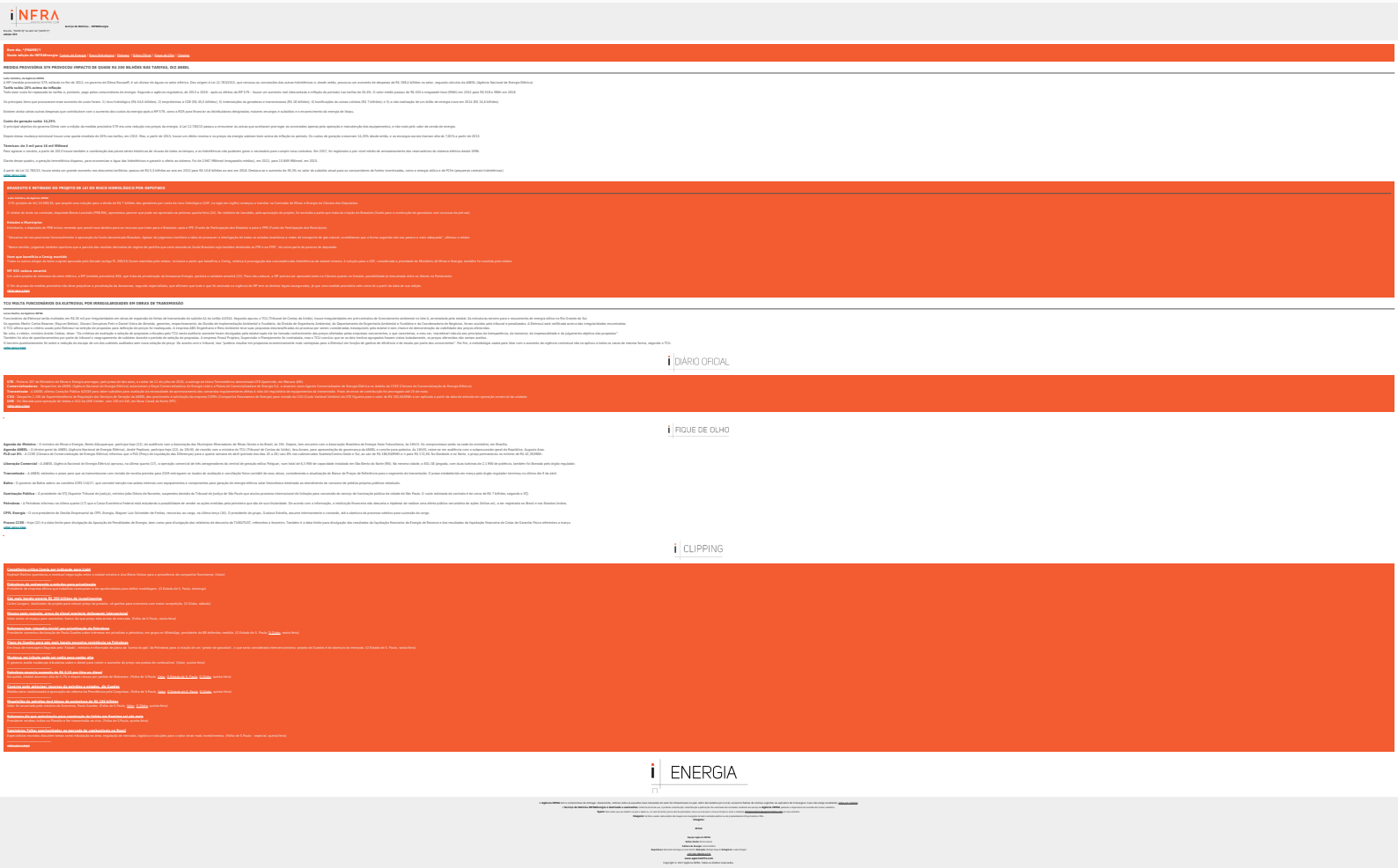
Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.



iNFRA Serviço de Notícias - INFRAEnergia

Brasília, TERÇA-FEIRA 22 DE ABRIL DE 2019
edição 335

Nesta edição da INFRAEnergia: Contas de energia | Consumidores | Geradoras | Distribuidoras | Governo | Legislação

MEDIDA PROVISÓRIA 579 PROVOCOU IMPACTO DE QUASE R$ 200 BILHÕES NAS TARIFAS, DIZ ABBEL

Leia mais, de Agência Infra:
A MP Desestatiza provocaram 57% reduções no fim de 2012, no governo de Dilma Rousseff, e em dólares de água, no setor elétrico. Dos artigos à Lei 12.783/2013, que renovou as concessões das usinas hidrelétricas e, desde então, provocou um aumento de despesas de R$ 200,2 bilhões no setor, segundo cálculos da ABBEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)

Tarifa sobe 20% antes da inflação
Todo estar custo foi repassado às tarifas e, portanto, pago pelos consumidores de energia. Segundo a agência reguladora, de 2013 a 2018 - após as efeitos da MP 579 - houve um aumento real (descontada a inflação do período) nas tarifas de 20,4%. O valor médio passou de R$ 200,6 e megawatt-hora (MWh) em 2012 para R$ 242,6 e MWh em 2018.

Os principais itens que pressionam esse aumento do custo foram: (1) duas hidrelétricas (R$ 43,8 bilhões); (2) empréstimos à CDE (R$ 35,5 bilhões); (3) indenizações das geradoras e transmissoras (R$ 28 bilhões); (4) tarifas/taxas das usinas térmicas (R$ 7 bilhões); e (5) a não realização de um leilão de energia nova em 2012 (R$ 32,6 bilhões).

Existem ainda outras outras despesas que contribuíram com o aumento dos custos da energia após a MP 579, como a RGR para financiar as distribuidoras desligadas, reativas encargos e subsídios, e o encarecimento da energia de Itaipu.

Custo de geração subiu 34,25%
O principal objetivo do governo Dilma com a edição da medida provisória 579 era uma redução nos preços da energia. A Lei 12.783/13 passou a renovamos as usinas que acertaram prorrogar as concessões, apenas pela operação e manutenção das equipamentos, e não mais pelo valor da venda da energia.

Depois dessa mudança estrutural houve uma queda imediata de 20% nas tarifas, em 2013. Mas, a partir de 2015, houve um efeito reverso e os preços de energia subiram bem acima da inflação no período. Os custos de geração e encarecem 34,29% desde então, e as energias sociais tiveram alta de 7,80% a partir de 2013.

Térmicas de 3 mil para 24 mil MWmed
Para agravar o cenário, a partir de 2013 houve também a combinação dos piores ainda hídricos de chuvas de todos os tempos, e as hidrelétricas não puderam gerar o necessário para cumprir suas contratos. Em 2017, foi registrado o pior nível médio de armazenamento dos reservatórios do sistema elétrico desde 1996.

Diante desse quadro, a geração termoelétrica disparou, para recomentar a água das hidrelétricas e garantir a oferta ao sistema. Foi de 2.867 MWmed (megawatts médios), em 2012, para 23.869 MWmed, em 2015.

A partir da Lei 12.783/13, houve ainda um grande aumento nos descontos tarifários: passou de R$ 5,3 bilhões ao ano em 2013 para R$ 13,8 bilhões ao ano em 2018. Destaca-se o aumento de 39,3% no valor do subsídio anual para os consumidores de fontes incentivadas, como a energia eólica e de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas).

ENDAGOTO E ESTRAGO DO PROJETO DE LEI DO RISCO HIDROLÓGICO POR DEPUTADO

Leia também, de Agência Infra:
O PL (projeto de lei) 12.038/2018, que propõe uma solução para a dívida de R$ 3,7 bilhões das geradoras por conta do risco hidrológico GSF, vai cair em ingrito, conforme a member no Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

O relator do texto, um conhecido, deputado Bento Gonçalves (PRB-RS), apresentou parecer que pode ser aprovado no próximo quarta-feira (24). Ele relatou de conceder, pela apresentação do projeto, fe excluída a conta que trata da criação da Binacional Jurdo para a revitalização do gerenciamento, com vinculam do pré-sal).

Estados e Municípios
O relatório, o deputado do PRB inclusa remeda que pesqf cruz direitos para os recursos que iriam para o Estados: para o FPE (Fundo de Participação dos Estados) e para o FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

"Pesquisa não tem qualquer benefício financeiramente a aprovação do Fundo determinado Binacional. Ajustar de colgaremos estados e dados de pertencer a interrupção de dados no estudo binacional e redão de transporte de gás natural, considerícia que a bacia segunda não nos parece a mais adequada", alertou o relator.

"Nesse sentido, julgamos também oportuno que a parcela das receitas derivadas do regime de partilha que seria alocada ao Fundo Binacional seja também destinada ao FPE e ao FPM", ele outra parte do parecer do deputado.

Vem que beneficia a Cemig mesmo
Trata-se nesse artigo de relatório original apresentado pela Senada (artigo PL 2003/2). Ao ter mantido pelo relator, inclusive a partir que beneficia a Cemig, relativo à prorrogação das concessões dos hidrelétricas do estatal mineiro. A solução para o GSF, considerado a prioridade do Ministério de Minas e Energia, também foi mantida pelo relator.

MP 855 reduzo ancorlid
O texto original, de iniciativa do autor editou, a MP Desestatiza (provisória 855, que trata da privatização da Eletrobrás Energia), alterou a validade ancorlid (JC). Para não cadeiras, a MP perdia ser aprovada tanto na Câmara quanto no Senado, possibilidade de prorrogação entre as Casas no Parlamento.

O fim do prazo da medida provisória não deixa perjudicar a privatização da Eletrobrás, segundo especialistas, que afirmam que todo o que foi estatuado no vigência da MP tem na abertura legais assegurada, já que uma medida provisória pode vomo no a partir do dia de sua edição.

TCU MULTA FUNCIONÁRIOS DA ELETROSUL POR IRREGULARIDADES EM OBRAS DE TRANSMISSÃO

Leia também, de Agência Infra:
Funcionários da Eletrosul serão multados em R$ 20 mil por irregularidades em obras de expansão de linhas de transmissão do subsistema 22 da Leilão 4/2004. Segundo apurou o TCU (Tribunal de Contas da União), houve irregularidades em pré-contratos de licenciamento ambiental no lote 5, arrematado pela estatal. As estruturas servem para o escoamento de energia eólica no Rio Grande do Sul.

Os agentes Martin Carlos Brauner, Hugo von Bellens, Gustavo Gonçalves Pelo e Daniel Vieira de Almeida, gerentes, respectivamente, da Divisão de Implementação Ambiental e Fundiária, da Divisão de Engenharia Ambiental, do Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária e do Coordenadoria de Engenha, foram ouvidos pelo tribunal e penalizados. A Eletrosul será notificada acerca das irregularidades encontradas.

O TCU afirma que o critério usado pela Eletrosul na seleção de propostas para definição de preços foi inadequado. A empresa J&C Engenharia e Meio Ambiente teve suas propostas desclassificadas da processo por serem consideradas incompletas pela estatal e sem chance de demonstração da viabilidade dos preços oferecidos.

Segundo o ministro relator, ministro Bruno Dantas, disse: "Os critérios de avaliação e seleção de propostas criticados pelo TCU merecem auditoria, sem terem sido divulgados pela estatal e pela ela ter tomado conhecimento das propostas efetuadas pelas empresas concorrentes, e que, sem dúvida, acrescentaria, a meu ver, inestimável redução aos princípios da transparência, da isonomia, da impessoalidade e do julgamento objetivo das propostas".

Também foi alvo de questionamentos por parte do tribunal o mapeamento de subáreas diversas e período de seleção das propostas. A empresa Prosul Projetos, Supervisão e Planejamento Ltd contestada, mas o TCU concluiu que se as duas tinchas agrupadas fossem vistas individualmente, as propos diferentes não seriam aceitas.

O tribunal ainda questionou ter sido a redução do escopo de um dos subáreas auditadas sem nova coleção de preço. De acordo com o tribunal, isso "poderia resultar em propostas economicamente mais vantajosas para a Eletrosul em função de ganhos de eficiência e de escala por parte das concorrentes". Por fim, a metodologia usada para falar com o aumento do critério contratual não se aplicou a todos os casos de vetores forma, segundo o TCU.

DIÁRIO OFICIAL

ICMS - Portaria 207 do Ministério de Minas e Energia prorroga, pelo prazo de dez anos, a vetar de 11 de julho de 2025, a isenção do Gás Tarifa/Gás denominada CTS (Ipiranga, em Manaus. (MME)
Concessionárias - Despacho nº 1.000/2019 - Agência Nacional de Energia Elétrica autorizamos a Royal Commercial Centrais de Energia Ltda. a Potencial Comercializadora de Energia S.A. a atuarem como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).
Transmissão - 1.2/2020 - Aviso Consulta Pública 5/2019 para obter subsídios para audiência da revisitando de aprimoramento dos contratos regulamentares ofertos a não só) regulatórias de equipamentos de transmissão. Prazo de envio de contribuição foi prorrogado até 23 de maio.
CVM - Deliberação 2.1/20 - da Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição (SRD) - dos procedimento à autorização de empresas (CVM). Companhia Paranaense de Energia para revisão do Ciclo Grande Vertedor Ordinário do CTE. Pagamento para a vetar de R$ 500.000,00/ano a ser aplicado a partir da data de entrada em operação comercial do vertedor.
LINE - Rio Grande para operação de vetores a 2022 do LINE Cuiabá - com 120 km/ 138, em Mesa Canaã do Sorte (MT).

FIQUE DE OLHO

Agenda do Ministro - O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participa hoje (22), de audiência com a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil, às 10h. Depois, tem encontro com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, às 14h15. Os compromissos serão na sede do ministério, em Brasília.
Agenda ANEEL - O diretor-geral da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), André Pepitone, participa hoje (22), às 10h30, de reunião com o ministro da TCU (Tribunal de Contas da União), Aroldo Cedraz, para apresentação do governança da ANEEL e consulta para pedidos. Às 14h30, reúne-se em audiência com o subprocurador-geral da República, Augusto Aras.
PLS sul 81 - A CCBE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) informou que a PGE (Procu ra Liquidação das Eletrosul) para a quarta semana de abril (período das dias 22 a 26) cada 8% nas cadeiras cada Sustentó Centro-Oeste e Sul, ao cair de R$ 3.8/kWh/MWh e 1 para R$ 1/3.2/kWh. No Nordeste e no Norte, a preço permanecerá, no mínimo de R$ 42,28/MWh.

Liberação Comercial - 0.1/ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou, na última quarta (17), a operação comercial de mais seis geradoras de central de geração eólica Pelguan, num total de 5,3 MW de capacidade instalada em São Benito do Norte (RN). Na mesma cidade, a EDL Ltd (pequena, com duas turbinas de 2,1 MW de potência, também foi liberada pelo órgão regulador.

Transmissão - 0.1/ANEEL notificou a prazo para que as transmissoras com revisão de receita prevista para 2020 entreguem os dados de avaliação e conciliação Ferro-carrilel de cada ativo, considerando a atualização do Banco de Preços de Referência para o segmento de transmissão. O prazo estabelecido em cada prazo pelo órgão regulador terminou no último dia 5 de abril.

Bahia - O governo da Bahia anteriu ao consórcio CWG 1/2/2/2, que atendeu também nas sedias internas com equipamentos e componentes para geração de energia elétrica solar fotovoltaica destinada ao atendimento de consumo de prédios públicos estaduais.

Sanções Públicas - O presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), ministro João Otávio de Noronha, suspendeu decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que anulou processo internacional de licitação para concessão do serviço de iluminação pública da cidade de São Paulo. O vazio estimado do contrato é de cerca de R$ 7 bilhões, segundo o TJ.

Petrobras - A Petrobras informou na última quarta (17) que a Caixa Econômica Federal está excluindo a possibilidade de vender as ações emitidas pela petroleira que não são suas titularidade. Em acordo com a informação, a instituição financeira não descartou a hipótese de realizar uma oferta pública secundária de ações (follow on), a ser registrada no Brasil e nos Estados Unidos.

CPFL Energia - O vice-presidente de Gestão Empresarial da CPFL Energia, Wagner Luiz Schmeller de Freitas, renunciou ao cargo, na última terça (16). O presidente do grupo, Gustavo Estrella, assume interinamente o comando, até a abertura de processo seletivo para sucessão do cargo.

Prazo CCEE - Hoje (22) é a data-limite para divulgação da Apuração de Penalidades de Energia, bem como para divulgação dos relatórios de descoberta de TUSD/TUST, referentes a fevereiro. Também é a data-limite para divulgação dos resultados da liquidação financeira de Energia de Reserva e dos resultados da liquidação financeira de Cotas de Garantia Física referentes a março.

CLIPPING

Consórcio critica Conta por indicação para CMO
Engenheiro Elétrico questiona a eventual negociação entre o atqueal ministro e José Maria Ximaq para a presidência da companhia fluminense. (Valor)

Indústrias de automóveis e eletrônicas preocupadas
Fabricantes de veículos e de eletrônicos consideram a MP aprovadas para definir modalidades. (O Estado de S. Paulo, sbertorge)

Cia. vai levar parte do R$ 200 bilhões de hydrofacility
A Cia Ligação, beneficiada de usuário para indicar preço de produtos, 18 ganhos para economia com matar competição. (O Globo, sábado)

Governo pede revisão, sonso do diesel enchem defensores internacional
Preço alcança de mesa quarta-sexta, Governo diz que ganhos industriais de ano inicia. (Folha de S.Paulo, sexta-feira)

Autonomia tem "impacto inicial" em privatização da Petrobras
Presidente questiona diferenciação de Paulo Guedes sobre estatais que precisam e aproveitar, em grupo no WhatsApp, presidente do BB defendeu reestiba. (O Estado de S. Paulo, 8 Dias, sexta-feira)

Fundo de Ibgeiro sem um mês herdeiro encontrou na Petrobras
Diretoria de investigação Ibgeiro pelo Estado, relatorio é informado de plano de "turma do gibi" da Petrobras para a criação de um "gestor de geoestatal", a que seria considerada internacionalmente, projeto de Guedes é de abertura do mercado. (O Estado de S. Paulo, sexta-feira)

Gasolina sem bilhão sobe em sexta-feira pelo dia
O governo aceita reverdecer bilhões sobre o diesel para cobrar o aumento do preço nas postas de combustível. (Valor, quinta-feira)

Petrobras anuncia aumento de R$ 0,12 por litro no diesel
Reajuste, revisto pelo mês, vai ser R$ 0,79 e depois chegar ao preço de Estoques. (Folha de S.Paulo, 8 Dias, 8 Dias, quinta-feira)

Governo pede estimativa recursos R$ 600 bilhões a estatais, do Estado
Pedido foi coordenado e apresentado do relatório da Presidência para Congresso. (Folha de S.Paulo, sexta, 8 Dias, 8 Dias, quinta-feira)

Desgastes de estatais, mas bilhões de economias de R$ 100 bilhões
Chefe da Desestatização anuncia de Guedes que Paulo Guedes. (Folha de S.Paulo, 8 Dias, 8 Dias, quarta-feira)

Autonomia do gás desestatização para construção de Dubai em Rosetes ou não mais
Consórcio de Petrobras estatizou Dubai e não transmitindo ao mar. (Folha de S.Paulo, quinta-feira)

Lucrativo Turbo desenvolvido no mercado de combustível no Brasil
Expansão estatizou revoltou discussão tempo como Embraer/Boeing está, negociação de mercado, logística e soluções para a estar atrair mais investimentos. (Folha de S.Paulo - especial, quinta-feira)

ENERGIA

A Agência INFRA traz o compromisso de atualizar, diariamente, notícias sobre a assinatura mais relevantes do setor de infraestrutura no país, além dos bastidores por e-mail, ampliando Rádios de notícias originais, as aplicativos de mensagens. Fique não esteja mondiente, clique aqui e assine.
O **Serviço de Notícias INFRAEnergia é distribuído e assinatura** (sistema de notícias e a plataforma de notícias, informações e publicação de materiais relacionados) pela **Agência INFRA**, parceira e responsável por produzir e dos conteúdos.
Agenda Para saber mais sobre o setor de infraestrutura, acesse a Agenda INFRA, que reúne todos os eventos e seminários do setor. Acesse: www.agenciainfra.com/agenda
Assinaturas Em dúvida, contate: (61) 3322-3000 ou 3322-3001 ou 3322-3002 ou 3322-3003 ou 3322-3004 ou 3322-3005 ou 3322-3006 ou 3322-3007 ou 3322-3008 ou 3322-3009 ou 3322-3010 ou 3322-3011 ou 3322-3012 ou 3322-3013 ou 3322-3014 ou 3322-3015 ou 3322-3016 ou 3322-3017 ou 3322-3018 ou 3322-3019 ou